



**Governo do Estado do Rio de Janeiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Direito
Programa de Pós-graduação em Direito**

PROCESSO SELETIVO PARA MESTRADO E DOUTORADO 2023-2024

ANEXO II

QUADRO DE VAGAS PARA MESTRADO

Linha de Pesquisa	TOTAL DE VAGAS (incluído os cotistas)	Vagas destinadas aos cotistas
Direito Processual	18(dezoito)	6(seis)
Direito Público	15(quinze)	5(cinco)
Direito Penal	11(onze)	4(quatro)
Direito Internacional	14(quatorze)	5(cinco)
Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento	12(doze)	4(quatro)
Direito Civil	18(dezoito)	6(seis)
Teoria e Filosofia do Direito	10(dez)	4(quatro)
Direito do Trabalho e Previdenciário	5(cinco)	2(duas)
Direito da Cidade	12(doze)	4(quatro)
Empresa e Atividades Econômicas	16(dezesseis)	6(seis)

QUADRO DE VAGAS PARA DOUTORADO

Linha de Pesquisa	TOTAL DE VAGAS (incluído os cotistas)	Vagas destinadas aos cotistas
Direito Processual	8(oito)	3(três)
Direito Público	6(seis)	2(duas)
Direito Penal	4(quatro)	2(duas)
Direito Internacional	4(quatro)	2(duas)
Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento	5(cinco)	2(duas)

Direito Civil	7(sete)	3(três)
Teoria e Filosofia do Direito	5(cinco)	2(duas)
Direito do Trabalho e Previdenciário	1(uma)	0(zero)
Direito da Cidade	6(seis)	2(duas)
Empresa e Atividades Econômicas	9(nove)	3(três)

BANCAS

DIREITO PROCESSUAL - MESTRADO

1. Prof. Dr. Aluisio Gonçalves de Castro Mendes - Presidente
2. Prof. Dr. Humberto Dalla
3. Prof. Dr. Flávio Mirza
4. Prof. Dr. Leonardo Schenk
5. Profa. Dra. Flávia Hill

Suplentes:

1. Prof. Dr. Bruno Freire
2. Prof. Dr. André Roque

DIREITO PROCESSUAL - DOUTORADO

1. Prof. Dr. Luiz Fux - Presidente
2. Prof. Dr. Paulo Cezar Pinheiro Carneiro
3. Prof. Dr. Aluisio Gonçalves de Castro Mendes
4. Prof. Dr. Humberto Dalla
5. Prof. Dr. Flávio Mirza

Suplentes:

1. Prof. Dr. Antonio do Passo Cabral
2. Prof. Dr. Marco Antonio Rodrigues

DIREITO PÚBLICO - MESTRADO

1. Prof. Dr. Luís Roberto Barroso - Presidente
2. Prof. Dr. André Cyrino
3. Prof. Dr. Daniel Sarmiento
4. Prof.^a Dr.^a Patrícia Baptista
5. Prof. Dr. Rodrigo Brandão

DIREITO PÚBLICO - DOUTORADO

1. Prof. Dr. Luís Roberto Barroso - Presidente
2. Prof. Dr. Alexandre Santos de Aragão
3. Prof. Dr. Ana Paula de Barcellos
4. Prof. Dr. Gustavo Binbenbujm
5. Prof.^a Dr.^a Jane Reis Gonçalves Pereira
6. Prof. Dr. José Vicente Santos de Mendonça
7. Prof. Dr. Valter Shuenquener

DIREITO PENAL - MESTRADO

1. Prof. Dr. Carlos Eduardo Japiassú (Presidente)
 2. Prof.ª Dr.ª Vera Malaguti
 3. Prof. Dr. Luis Grandinetti
 4. Prof. Dr. Christiano Fragoso
 5. Prof.ª Dr.ª Patricia Glioche
- Suplente:

1. Prof. Dr. Davi Tangerino

DIREITO PENAL - DOUTORADO

1. Prof. Dr. Nilo Batista (Presidente)
2. Prof.ª Dr.ª Vera Malaguti
3. Prof. Dr. Luis Grandinetti
4. Prof. Dr. Christiano Fragoso
5. Prof. Dr. Davi Tangerino
6. Prof. Dr. Carlos Eduardo Japiassú

Suplente

1. Prof.ª Dr.ª Patricia Glioche

DIREITO INTERNACIONAL - MESTRADO

1. Prof. Dr. Carmen Tiburcio - Presidente
2. Prof. Dr. Raphael Vasconcelos
3. Prof. Dr. Marilda Rosado
4. Prof. Dr. Paulo Emilio
5. Prof. Dr. Sidney Guerra

DIREITO INTERNACIONAL - DOUTORADO
--

1. Prof. Dr. Carmen Tiburcio - Presidente
2. Prof. Dr. Raphael Vasconcelos
3. Prof. Dr. Marilda Rosado
4. Prof. Dr. Paulo Emilio
5. Prof. Dr. Sidney Guerra

FINANÇAS PÚBLICAS, TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - MESTRADO

1. Prof. Dr. Luís Cesar Souza de Queiroz - Presidente
2. Prof. Dr. Marcus Abraham
3. Prof. Dr. Marcus Lívio Gomes
4. Prof. Dr. Gustavo da Gama Vital de Oliveira
5. Prof. Dr. Carlos Alexandre de Azevedo Campos

Suplentes:

1. Ricardo Lodi Ribeiro
2. Sergio André Rocha

FINANÇAS PÚBLICAS, TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - DOUTORADO

1. Prof. Dr. Luís César Souza de Queiroz - Presidente
2. Prof. Dr. Marcus Abraham
3. Prof. Dr. Ricardo Lodi
4. Prof. Dr. Marcus Livio Gomes
5. Prof. Dr. Carlos Alexandre de Azevedo Campos

Suplentes:

1. Prof. Dr. Sergio André Rocha
2. Prof. Dr. Gustavo da Gama Vital de Oliveira

DIREITO CIVIL - MESTRADO

1. Prof. Dr. Carlos Edison - Presidente
2. Prof.ª Dr.ª Milena Oliva
3. Prof.ª Dr.ª Aline Terra
4. Prof. Dr. Eduardo Nunes
5. Prof. Dr. Carlos Affonso

DIREITO CIVIL - DOUTORADO

1. Prof. Dr. Gustavo Tepedino - Presidente
2. Prof.ª Dr.ª Heloisa Helena Barboza
3. Prof. Dr. Guilherme Calmon
4. Prof. Dr. Carlos Edison
5. Prof. Dr. Carlos Konder
6. Prof.ª Dr.ª Gisela Sampaio

TEORIA E FILOSOFIA DO DIREITO - MESTRADO

1. Prof. Dr. Alexandre Mendes - Presidente
2. Prof. Dr. José Ricardo Cunha
3. Prof. Dr. Guilherme Leite Gonçalves
4. Prof. Dr. Gustavo Siqueira
5. Prof. Dr. Marco Marrafon

Suplentes:

1. Prof. Dr. Bethania Assy
2. Prof. Dr. Fernando Fontainha

TEORIA E FILOSOFIA DO DIREITO - DOUTORADO

1. Prof. Dr. José Ricardo Cunha - Presidente
2. Prof. Dr. Alexandre Mendes
3. Prof. Dr. Guilherme Leite Gonçalves
4. Prof. Dr. Gustavo Siqueira

5. Prof. Dr. Marco Marrafon

Suplentes:

1. Prof. Dr. Bethania Assy
2. Prof. Dr. Fernando Fontainha

DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO - MESTRADO

1. Prof. Dr. Eduardo Adamovich - Presidente
2. Prof. Dr. Fábio Zambitte
3. Prof. Dr. Ivan Garcia

DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO - DOUTORADO

1. Prof. Dr. Eduardo Adamovich - Presidente
2. Prof. Dr. Fábio Zambitte
3. Prof. Dr. Ivan Garcia

DIREITO DA CIDADE - MESTRADO

1. Prof. Dr. Marcos Alcino de Azevedo Torres - Presidente
2. Prof.ª Dr.ª Vânia Siciliano Aieta
3. Prof. Dr. Mauricio Jorge Pereira da Mota
4. Prof. Dr. Daniel Nunes Pêcego
5. Prof. Dr. Cleyson de Moraes Mello

Suplentes:

1. Prof.ª Dr.ª Arícia Correia Fernandes
2. Prof.ª Dr.ª Ângela Moulin Penalva Santos

DIREITO DA CIDADE - DOUTORADO

1. Prof.ª Dr.ª Vânia Siciliano Aieta - Presidente
2. Prof. Dr. Maurício Jorge Pereira da Mota
3. Prof.ª Dr.ª Ângela Moulin Penalva Santos
4. Prof.ª Dr.ª Arícia Correia Fernandes

Suplentes:

1. Prof. Dr. Daniel Nunes Pêcego
2. Prof. Dr. Cleyson de Moraes Mello

EMPRESA E ATIVIDADES ECONÔMICAS - MESTRADO

1. Prof. Dr. Mauricio Moreira Mendonça de Menezes - Presidente
2. Prof. Dr. Alexandre Ferreira de Assumpção Alves
3. Prof. Dr. Jose Carlos Vaz e Dias
4. Prof. Dr. Leonardo da Silva Sant'Anna
5. Prof. Dr. Vitor Augusto José Butruce

Suplentes:

1. Prof. Dr. Ricardo Villela Mafra Alves Da Silva

EMPRESA E ATIVIDADES ECONÔMICAS - DOUTORADO

1. Prof. Dr. Mauricio Moreira Mendonça de Menezes - Presidente
2. Prof. Dr. Alexandre Ferreira de Assumpção Alves
3. Prof. Dr. Jose Carlos Vaz e Dias
4. Prof. Dr. Leonardo da Silva Sant'anna
5. Prof. Dr. Marcos Vinício Chein Feres
6. Prof. Dr. Vitor Augusto José Butruce

Suplentes:

1. Prof. Dr. Ricardo Villela Mafra Alves da Silva

BIBLIOGRAFIAS

DIREITO PROCESSUAL

- 1) BARBOSA MOREIRA, José Carlos. O processo civil contemporâneo: um enfoque comparativo. In: *Temas de Direito Processual*, 9ª série, 2ª edição, atualizada. Rio de Janeiro: GZ, 2023.
- 2) CARNEIRO, Paulo Cezar. *O novo processo civil brasileiro*. 3.ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2022.
- 3) FUX, Luiz; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; FUX, Rodrigo. Sistema brasileiro de precedentes: principais características e desafios. In: FUX, Luiz; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Bruno Freire. *Precedentes vinculantes no processo civil e no processo do trabalho brasileiro*. São Paulo: Tirant lo blanch, 2022.
- 4) GRECO, Leonardo. Desafios à coisa julgada no novo Código de Processo Civil. In: *Estudos de Direito Processual em homenagem a Paulo Cezar Pinheiro Carneiro*. 1 ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2019, p. 657-699.
- 5) HILL, Flávia Pereira. “Desjudicialização e acesso à justiça além dos tribunais: pela concepção de um devido processo legal extrajudicial”. *Revista Eletrônica de Direito Processual (REDP)*. Volume 22, número 1. Janeiro a abril de 2021, p. 379-408.
- 6) MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: Sistematização, análise e interpretação do novo instituto processual*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. (cap. 2, 3, 4, 5, 6, 9 e 17).
- 8) MIRZA, Flávio; MALAN, Diogo. Reflexões epistêmicas sobre o testemunho das pessoas dispensadas de depor no Processo Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: *Revista de Direito da Cidade*, 2022. Link: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/57101/36832>
- 9) PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. Sistema informatizado para a resolução de conflitos por meio da conciliação e mediação: a Resolução nº 358/2020 do CNJ e a virtualização do acesso à justiça In: *Processo e Tecnologia*.1 ed.Londrina: Thoth, 2022, v.1, p. 313-328. Também disponível em *Acesso à Justiça na era da tecnologia*.1 ed.Salvador: Juspodvm, 2022, v.1, p. 19-40.
- 10) ROQUE, Andre Vasconcelos. Contraditório participativo: evolução, impactos no processo civil e restrições. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 43, n. 279, maio de 2018, p. 19-40.
- 11) SCHENK, Leonardo Faria. Superação da tese firmada em recursos repetitivos no CPC/2015: propostas para assegurar o acesso dos interessados aos tribunais superiores. *Revista de Processo (REPRO)*, v. 311, 2021, p. 215-232.
- 12) SILVA, Bruno Freire. A Função dos Precedentes Vinculantes e da Produção Antecipada de Provas para um Acesso à Ordem Jurídica Responsável no Processo do Trabalho. In: FUX, Luiz; MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; SILVA, Bruno Freire. *Precedentes vinculantes no processo civil e no processo do trabalho brasileiro*. São Paulo: Tirant lo blanch, 2022.

1. ARAGÃO, Alexandre Santos de. A arbitragem no Direito Administrativo. **Revista da AGU**, Brasília-DF, v. 16, n. 03, p. 19-58, jul./set. 2017.
2. ARAÚJO, Valter Shuenquener de. O princípio da interdependência das instâncias punitivas e seus reflexos no Direito Administrativo Sancionador. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 23, n. 131, p. 629-653, out. 2021/Jan. 2022.
3. BARBOZA, Heloisa Helena; MELLO, Cleyson de Moraes; SIQUEIRA, Gustavo Silveira (coord. geral); PEREIRA, Jane Reis Gonçalves; BAPTISTA, Patrícia (org.). **O Futuro do Direito: Direito Público**. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2022.
4. BARCELLOS, Ana Paula de. Devido processo legislativo, avaliação de custos e as opções hermenêuticas do STF. **Revista Quaestio Iuris.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 03, p. 1380-1404, 2022.
5. BARROSO, Luís Roberto. Os donos do poder: a perturbadora atualidade de Raymundo Faoro. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 12, n. 3. p. 18-33, 2022.
6. _____. Populismo, autoritarismo e resistência democrática: as cortes constitucionais no jogo do poder. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Ahead of Print, v. XX, n. X, p. 1-34, 2022.
7. BERTHOLINI, Frederico; PEREIRA, Carlos. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 528-550, jul.-ago. 2017.
8. BINENBOJM, Gustavo; CYRINO, André. A decisão coordenada: notas e reflexões iniciais. *In*: CABRAL, Antonio do Passo; MENDONÇA, José Vicente Santos de (coord.). **Decisão Administrativa Coordenada: reflexões sobre o art. 49-A e seguintes da Lei n. 9.784/99**. São Paulo: Editora JusPodivm, 2022, p. 09-29.
9. MENDONÇA, José Vicente Santos de; BAPTISTA, Patrícia. Dogmática Jurídica e Interdisciplinaridade: caminhos para um diálogo útil. **Revista Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 04, p. 2296-2310, 2022.
10. NUNES, Rodrigo. **Do transe à vertigem**: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição. São Paulo: Ubu Editora, 2022, p. 22-51.
11. _____. Todo lado tem dois lados. **Revista Serrote**, n. 34, 2020. Disponível em: <<https://www.revistaserrote.com.br/2020/06/todo-lado-tem-dois-lados-por-rodrigo-nunes/>>. Acesso em: 28 mar. 2023.
12. PEREIRA, Jane Reis Gonçalves Pereira; KELLER, Clara Iglesias. Constitucionalismo Digital: contradições de um conceito impreciso. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 2648-2689, 2022.
13. PERIM, Maria Clara Mendonça; ARAÚJO, Valter Shuenquener de. O desafio da integridade na Administração Pública: transparência substantiva, interativa e em perspectiva. **Interesse Público**, Belo Horizonte, ano 25, n. 137, p. 39-64, jan./fev. 2023.
14. PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Constitucionalismo da Inimizade. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 04, p. 2815-2840, 2022.
15. RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Confiança política na América Latina: evolução recente e determinantes individuais. **Revista Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 167-182, jun. 2011.
16. SARMENTO, Daniel. Igualdade constitucional: uma leitura. *In*: CRUZ, Adriana; _____. RIOS, Roger Raupp (coord.). **Desigualdade: o flagelo do Brasil**. Ribeirão Preto, SP: Migalhas, 2022. [livro eletrônico]

DIREITO PENAL

1. BATISTA, Nilo. ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *et all. Direito Penal Brasileiro – tomo II, v. II*. Rio de Janeiro: Revan, 2017, p. 239/318.
2. TANGERINO, Davi de Paiva Costa. *Culpabilidade*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
3. JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. *Direito Penal Internacional*. 2. ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2023.
4. ALEXANDER, Michelle. *A Nova Segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2018.
5. CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. *O processo como ponto de encontro Original*. Rio de Janeiro: Editora GZ, 2022.
6. COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. *Para tentar entender uma refundação do CPP do Brasil a Direção do Sistema Acusatório*, in SILVEIRA, Marco Aurélio Nunes da e PAULA, Leonardo Costa de (org.) *Mentalidade Inquisitória e Processo Penal no Brasil*, v. 5. Curitiba: Observatório da Mentalidade Inquisitória.

DIREITO INTERNACIONAL

1. TIBURCIO, CARMEN. *Extensão e Limites da Jurisdição Brasileira: competência internacional e imunidade de jurisdição*. 1. ed. Salvador: Jus Podivm, 2016.
2. VASCONCELOS, RAPHAEL CARVALHO DE. *Sistemas Eleitorais nas Américas: Um Atlas Jurídico-Institucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: NEPEDI UERJ, 2022. v. 2. (Disponível em <http://www.direito.uerj.br/nepedi/>)
3. RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. *Governança global v. 2*. Arraes Editores, 2023
4. BORGES DE MACEDO, Paulo Emílio. *Teoria do Direito Internacional*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2023.

FINANÇAS PÚBLICAS, TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

1. ABRAHAM, Marcus. *Curso de Direito Financeiro Brasileiro*. 7. ed. Rio de Janeiro. GEN/Forense: 2023, Cap. 10.1 – Princípios orçamentários.
2. ABRAHAM, Marcus. *Teoria dos gastos fundamentais – orçamento público impositivo – da elaboração à execução*. Almedina, 2021, Cap. 5.

3. CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. RE 572.672/SC: Federalismo Fiscal e a importância da interpretação estrutural. In: CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *Escritos de Direito Tributário*. Rio de Janeiro: Gramma, 2022, p. 107/140.
4. CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. Um esboço de Teoria da Complexidade Tributária. In: CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo (Org.) *Complexidade Tributária: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Anagrama, 2022, p. 21/68.
5. GOMES, Marcus Livio. *A interpretação da legislação tributária. Instrumentos para a unificação de critério administrativo em matéria tributária*. São Paulo: Quartier Latin, 2010, p. 37-110.
6. OLIVEIRA, Gustavo da Gama Vital de. *ICMS no Estado do Rio de Janeiro: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021 (cap. 9. Conflitos ICMS x ISS, pag. 253-316).
7. OLIVEIRA, Gustavo da Gama Vital de. *Cláusulas pétreas financeiras e tributárias*. Rio de Janeiro: Gramma, 2019 (capítulo 2, pag. 11-50).
8. QUEIROZ, Luís Cesar Souza de. *Interpretação e aplicação tributárias: contribuições da hermenêutica e de teorias da argumentação*. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2021, Cap. 3.
9. QUEIROZ, Luís Cesar Souza de. *Sujeição passiva tributária*. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2020, Cap. III, itens 3.8 a 3.12.
10. RIBEIRO, Ricardo Lodi. *Finanças Públicas e Pandemia - entre a austeridade e a democracia*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, Capítulo 1: "A Pandemia, a volta de Keynes e a MMT: a Crise do Princípio do Equilíbrio Orçamentário."
11. ROCHA, Sergio André. *Fundamentos do Direito Tributário Brasileiro*. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2020.
12. TORRES, Ricardo Lobo. *Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. v. V, Cap. I.

DIREITO CIVIL

- 1- BARBOZA, Heloisa Helena Gomes; ALMEIDA, Vitor. Tecnologia, morte e direito: em busca de uma compreensão sistemática da "herança digital". In: Ana Carolina Brochado Teixeira; Livia Teixeira Leal. (Org.). *Herança digital: controvérsias e alternativas*. 2ed. Indaiatuba: Foco, 2022, v. 1, p. 01-24.
- 2- BARBOZA, Heloisa Helena Gomes; ALMEIDA, Vitor. Contratualização das famílias e inexecução dos pactos antenupciais: admissibilidade e limites de cláusula penal. In: Aline de Miranda Valverde Terra; Gisela Sampaio da Cruz Guedes. (Org.). *Inexecução das obrigações: pressupostos, evolução e remédios*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Processo, 2021, v. 2, p. 989-1011.

- 3- DONEDA, Danilo Maganhoto; SCHERTEL MENDES, Laura; PEREIRA DE SOUZA, Carlos Affonso; NUNO DE ANDRADE, Norberto. Considerações iniciais sobre inteligência artificial, ética e autonomia pessoal. PENSAR - REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, v. 23, p. 1-17, 2018.
- 4- GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da; SANTOS, Rodrigo Neves Ferrão dos. O abuso do direito no Direito de Família: um estudo sobre a incidência da teoria nas situações jurídicas subjetivas existenciais e patrimoniais. Revista Nacional de Direito de Família e Sucessões. Porto Alegre. Editora Magister, v. 50, p. 23-84, set.-out. 2022, ISSN 2358-3223.
- 5- GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz, TEPEDINO, Gustavo e TERRA, Aline de Miranda Valverde. "Responsabilidade civil dos agentes de tratamento de dados". In: Ana Frazão e Ricardo Villas Bôas Cueva (coord.). Compliance e políticas de proteção de dados. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, pp. 741-770.
- 6- HESPANHA, António Manuel. Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio. Florianópolis: Boiteux, 2005. Capítulos 1, 2 e 3 (pp. 21-97).
- 7- KONDER, Carlos Nelson. Lacunas e mecanismos de integração sob a perspectiva civil-constitucional: análise a partir de julgados do Superior Tribunal de Justiça. PRIM@ FACIE., v.21, p. 176-198, 2022.
- 8- MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rêgo. Terceiros e responsabilidade civil do Estado no ordenamento brasileiro. Revista de Direito da Responsabilidade. Coimbra/PT, v. 4., p. 486-514. 2022.
- 9- OLIVA, Milena Donato; LOUREIRO, L. L. C. A prática abusiva do preço por inbox e a responsabilidade civil do fornecedor por precificação discriminatória. Revista de Direito do Consumidor, v. 143, p. 349, 2022.
- 10- PERLINGIERI, Pietro. O direito civil na legalidade constitucional. Trad. Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. Capítulos 8, 11 e 12 (pp. 308-458 e 569-634).
- 11 - RODOTÀ, Stefano. Autodeterminação e laicidade. Tradução Carlos Nelson Konder. Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil, Belo Horizonte, v. 17, pp. 139-152, jul./set. 2018.
- 12- SOUZA, Eduardo Nunes de. Liberdade e segurança jurídica na teoria contemporânea das invalidades negociais. In: Fábio Ulhoa Coelho; Gustavo Tepedino; Selma Ferreira Lemes. (Org.). A evolução do direito no século XXI: seus princípios e valores, vol. 2. São Paulo: IASP, 2022, pp. 223-266.
- 13- TEPEDINO, Gustavo. A razoabilidade na experiência brasileira. In: Gustavo Tepedino; Ana Carolina Brochado Teixeira; Victor Almeida. (Org.). Da dogmática à efetividade do direito civil: anais do Congresso Internacional de Direito Civil Constitucional. Belo Horizonte: Fórum, 2019, 2ª ed., pp. 29-39.
- 14- TEPEDINO, Gustavo. Relações contratuais e a funcionalização do direito civil. In: PENSAR - Revista de Ciências Jurídicas, vol. 28, p. 1-10, 2023.
- 15- TERRA, Aline; MEDON, F.; Milena Donato Oliva. Herança digital e proteção do consumidor contra cláusulas abusivas. REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR, v. 135, p. 335-350, 2021.

TEORIA E FILOSOFIA DO DIREITO

CUNHA, José Ricardo. Ética da alteridade como fundamento extramoral para a política em tempos de ódio. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 19, e2307, 2023.

<https://doi.org/10.1590/2317-6172202307>

DÖRRE, Klaus. *Teorema da expropriação capitalista*, São Paulo: Boitempo, 2022.

GONÇALVES, Guilherme Leite.; COSTA, Sergio. *Um porto no capitalismo global: desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro*. 1/1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

LATOUR, Bruno. *A fabricação do direito: um estudo de etnologia jurídica*. São Paulo: UNESP, 2019 [Cap. 6 – Falar do direito? pp. 299-327].

OLIVEIRA, Luciano. Não me fale do Código de Hamurabi! A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito. In: __. *Sua excelência o comissário e outros ensaios de Sociologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004. p. 137-167.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira. *Pequeno manual de metodologia da pesquisa jurídica: ou roteiro de pesquisa para estudantes de direito*. 2ª ed. Belo Horizonte: Instituto Pazes, 2021.

DIREITO DO TRABALHO E PREVIDENCIÁRIO

ADAMOVICH, Eduardo Henrique Raymundo Von. *Direito Sociais para Além dos Muros da Constituição*. Curitiba, Juruá, 2022, pp. 11/120

EDELMAN, Bernard. "A Legalização da Classe Operária". Trad. Marcus Orione. São Paulo: Boitempo, 2016.

HUWS, Ursula. "A Formação do Cidertariado: trabalho virtual em um mundo real". Trad. Murilo van der Lan. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017. Capítulos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13 e 14.

SUPIOT, Alain. *Derecho del Trabajo*, trad. Patricia Rubini-Blanco. Buenos Aires: Heliasta, 2008

ZAMBITTE IBRAHIM, Fábio. *A Aposentadoria Especial e os Agentes Cancerígenos – O Exemplo do Benzeno*. Niteroi: Impetus.

DIREITO DA CIDADE

1. AIETA, Vânia Siciliano; RAMOS, Ricardo Afonso. O desenvolvimento do saneamento básico em pequenos municípios. IN: AIETA; Vânia Siciliano; PAES NETO, José; NUNES, Maria Teresa Álvaro. Direito do Saneamento Básico. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.
2. BRITO, Miguel Nogueira de. A justificação da propriedade privada numa democracia constitucional. Coimbra: Almedina, 2007, p. 841-1050. A compreensão da propriedade como direito fundamental.
3. CERQUEIRA CHAGAS; Fernando; AIETA, Vânia Siciliano. Pacto Global da Água e do Esgoto no contexto brasileiro. IN: AIETA; Vânia Siciliano; PAES NETO, José; NUNES, Maria Teresa Álvaro. Direito do Saneamento Básico. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.
4. CORREIA, ARÍCIA FERNANDES; PAGANI, V. Regularização fundiária plena: uma reinterpretação através da teoria do reconhecimento de Nancy Fraser. REVISTA QUAESTIO IURIS, v. 15, 2022.
5. LEITE, Flávia Piva Almeida; SPINIELI, André Luiz Pereira. Pessoas com Deficiência, Urbanismo Excludente e Direitos Sociais: a reserva do possível como barreira à efetivação da acessibilidade urbana. IN: AIETA, Vânia Siciliano; DIÓS, Marcelle Mourelle Pérez; BARRETO, Stenio. Estudos da Comissão de Direito Constitucional da OAB. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.
6. MELLO, Cleyson de Moraes. Direito de laje. 2. ed. Rio de Janeiro: Processo, 2023.
7. MOTA, MAURICIO JORGE PEREIRA DA; MOURA, E. A. C. ; TORRES, M. A. A. . Políticas públicas urbanas. In: Mauricio Jorge Pereira da Mota; Emerson Affonso da Costa Moura; Marcos Alcino de Azevedo Torres. (Org.). Porto Maravilha: política pública do Rio de Janeiro. 1ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022, v. 1, p. 01-22.
8. MOTA, MAURÍCIO JORGE PEREIRA DA; TORRES, M. A. A. A função social da posse no Código Civil. In: Mauricio Jorge Pereira da Mota; Vania Siciliano Aieta; Marcos Alcino de Azevedo Torres. (Org.). Direito da Cidade: o futuro do direito. 1ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022, v. 1, p. 425-523.
9. SANTOS, A. M. S. P.; VASQUES, P. H. R. P. O Programa Minha Casa Minha Vida contribui para a construção do direito social à moradia. In: Doralice Sátyro Maia; Gláucio José Marafon. (Org.). O Programa Minha Casa Minha Vida: habitação e produção do espaço urbano em diferentes escalas e perspectivas. Oed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020, v. 0, p. 75-112.
10. SOTO, Hernando de. O mistério do capital: porque o capitalismo dá certo nos países desenvolvidos e fracassa no resto do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2001, caps. 03 e 04, p. 51-124.
11. TORRES, Marcos Alcino de Azevedo. A propriedade e a posse: um confronto em torno da função social. Rio e Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 3-111. – Título I – O domínio das terras brasileiras.

EMPRESA E ATIVIDADES ECONÔMICAS

1. ALVES, Alexandre Ferreira Assumpção; SILVA, Ricardo V. M. A. Efetividade dos mecanismos internos de controle da companhia e a responsabilidade dos administradores. In: Caroline da Rosa Pinheiro. (Org.). Compliance: entre a teoria e a prática. 1ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2022. p. 3-19.
2. BAIOCCHI, Enzo. Notas introdutórias sobre licença compulsória de patentes por infração à ordem econômica. In: NUNES, João; CURZEL, Rosana. (Org.). Patentes e o acesso a antirretrovirais no Brasil: o desafio do licenciamento compulsório. 1ed. Curitiba: Appris, 2017, v., p. 163-184
3. BURRELL, Robert and GANGJEE, Dev S., Trade Marks and Freedom of Expression: A Call for Caution (April 20, 2010). University of Queensland TC Beirne School of Law Research Paper No. 10-05, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1604886> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1604886>
4. BUTRUCE, Vitor. "Princípios do design contratual: uma nova semântica para as disputas relativas aos contratos empresariais". In: BARBOSA, Henrique; SILVA, Jorge Cesa Ferreira da. *A evolução do Direito Empresarial e Obrigacional: 18 anos do Código Civil*, v. 2. São Paulo: Quartier Latin, 2021, pp. 43-88.
5. CAMPINHO, Sergio; PINTO, Mariana. A sociedade limitada na perspectiva de sua dissolução. São Paulo: Saraiva Jur; 2022, pp. 123-243 [Capítulos 4 e 5].
6. DE CASTRO E SILVA, Anderson Moraes; ARDISSONE, Carlos M. P. A.. Marcas negadas por ofenderem a moral e os bons costumes. *Acta Scientiae et Technicae*, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 17-51, jul. 2020. ISSN 2317-8957. Disponível em: <<http://www.uezo.rj.gov.br/ojs/index.php/ast/article/view/265>>. Acesso em: 28 mar. 2023. doi: <https://doi.org/10.17648/uezo-ast-v7i2.265>.
7. FERES, M. V. C., SANT ANNA, L. da S., & SILVA, A. R. (2020). O Programa de VHC da DNDi e o sistema de propriedade intelectual: uma abordagem de saúde pública para a epidemia de Hepatite C. *Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]*, 21(2), 445–476. <https://doi.org/10.18593/ejll.21865>
8. GOULANDRIS, Aristidis. Les Perspectives d'Utilisation de la Société para Actions Simplifiée (SAS) dans les stratégies des groupes de sociétés. Strasbourg. Université Robert Schuman - Strasbourg III, 2000.
9. KELLER, Gabriel Muller Frazão; DIAS, José Carlos Vaz e; SANT'ANNA, Leonardo da Silva. Novos horizontes negociais nas plataformas digitais baseados em: a concorrência desleal sob a prática do geo-blocking e geo-pricing / New business horizons on digital platforms: unfair competition under geo-blocking and geo-pricing practices. *REVISTA QUAESTIO IURIS*, [S.l.], v. 13, n. 04, p. 1914-1938, dez. 2020. ISSN 1516-0351. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/46034/36660>>. Acesso em: 03 abr. 2023. doi:<https://doi.org/10.12957/rqi.2020.46034>.
10. LLEWELLYN Joseph Gibbons, Semiotics of the Scandalous and the Immoral and the Disparaging: Section 2(A) Trademark Law after *Lawrence v. Texas*, 9 Marq. Intellectual Property L. Rev. 188 (2005). Available at: <https://scholarship.law.marquette.edu/iplr/vol9/iss2/2>
11. MENEZES, Mauricio Moreira. O Princípio da Anticorrupção da Empresa no Direito Brasileiro. In: FRAZÃO, Ana; CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; CAMPINHO, Sérgio. (Org.). *Direito Empresarial e suas Interfaces: Homenagem a Fábio Ulhoa Coelho*. São Paulo: Quartier Latin, 2022, v. IV. São Paulo: Quartier Latin, 2022. APENAS A PARTE XIII, páginas 599 a 850.

12. MENEZES, Mauricio Moreira; GARCIA, Rodrigo Saraiva Porto. A conversão de dívida em participação acionária na recuperação judicial e o plano alternativo dos credores. Revista Semestral de Direito Empresarial, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 1-35, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://rsde.com.br/artigos/a-conversao-de-divida-em-participacao-acionaria-na-recuperacao-judicial-e-o-plano-alternativo-dos-credores/>
13. Parte XIII In: FRAZÃO, Ana; CASTRO, Rodrigo R. Monteiro de; CAMPINHO, Sérgio. (Org.). Direito Empresarial e suas Interfaces: Homenagem a Fábio Ulhoa Coelho. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2022, v. IV. São Paulo: Quartier Latin, 2022.,
14. Sinha, Pawan Kumar; Mahajan, Mallika. Combating Corruption - A Corporate Social Responsibility: Building Social Action Business Coalition,. In: B. Makowicz, ed. Yearbook 2023 on Global Ethics, Compliance & Integrity. Peter Lang International, 2023
15. STEPHENSON, M. The Lanham Act's Immoral or Scandalous Provision: Down, But Not Out. University of Pittsburgh Law Review, [S. l.], v. 82, n. 4, 2021. DOI: 10.5195/lawreview.2021.807. Disponível em: <https://lawreview.law.pitt.edu/ojs/lawreview/article/view/807>. Acesso em: 28 mar. 2023.
16. WILLIAMSON, Oliver E. *The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting*. Nova Iorque: The Free Press, 1985, pp. 43-67 [Chapter 2 – The contractual man]. Versão disponível em português: *As instituições econômicas do capitalismo: firmas, mercados, relações contratuais*. São Paulo, Pezco Editora, 2012, pp. 39-60 [Capítulo 2 – O homem contratual].